

Collor fiscaliza os últimos gastos do governo Sarney

Mário Rosa

BRASÍLIA — Há duas semanas, um assessor do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, ligou para um dos principais auxiliares do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. “Essa operação não passa de uma trapaça e vocês precisam bloqueá-la”, disse o assessor de Collor. “Estamos fazendo uma barragem, mas está sendo difícil”, respondeu o interlocutor do outro lado da linha. A “trapaça” mencionada no telefonema nada mais era do que um pleito de algumas companhias de exportação que pretendiam vender 300 mil toneladas de açúcar para os Estados Unidos, com um subsídio de US\$ 150 por tonelada. A conta seria salgada: US\$ 45 milhões a menos para as reservas do país.

Até a passada, ainda era possível bloquear a operação na burocracia, mas estava longe de ser um episódio isolado no cotidiano do governo Sarney, a menos de quatro semanas de seu final. Por conta dessas e outras investidas contra o Tesouro nos dias que antecedem a posse de Collor no Planalto, a equipe da economista Zélia Cardoso de Mello resolveu desencadear uma espécie de “operação profilaxia”. O objetivo é acompanhar passo a passo qualquer tentativa da atual gestão de criar novas despesas para o futuro governo. Um dos assessores que acompanhou o presidente eleito em seu giro pela Europa, Estados Unidos e Japão confia que Collor poderá até instaurar processos na Justiça, contra aqueles burocratas que forem coniventes com desmandos de final de governo.

Marcação cerrada A estratégia de marcação cerrada desenhada pela equipe do futuro governo tem um objetivo bastante ambicioso: cerrar as portas dos cofres públicos para demandas que, segundo números do próprio governo Sarney, somariam US\$ 3,5 bilhões, caso fossem atendidas de uma tacada

só. Por esse motivo, a ação dos economistas de Collor será desenvolvida em duas frentes. Na primeira delas, os auxiliares de Collor pretendem expor à opinião pública qualquer deslize orçamentário praticado até 15 de março. Na outra, pretendem prestigiar os ocupantes do atual governo, sinalizando com a possibilidade de participação no governo Collor, caso se rebelem contra os abusos.

Enquanto o novo governo não chega e o antigo não sai, as mesas de trabalho dos ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu, começam a ficar entulhadas de solicitações de gastos de última hora. Um dos exemplos que pode causar um dos maiores traumatismos nas finanças públicas diz respeito à importação de US\$ 450 milhões em equipamentos médicos, encaminhada ao Banco Central pelo governador de São Paulo, Orestes Quércia.

O negócio está sendo intermediado por uma empresa de exportação israelense e seria operacionalizado através de um aval do Banespa, o banco estadual paulista. A resistência dos ministros da área econômica repousa no fato de que, caso o Banespa não possa saldar sua obrigação no futuro, o Banco Central será chamado a prestar socorro financeiro, o que transferiria a sangria dos equipamentos para o governo federal.

Na esfera política, Quércia tem no presidente José Sarney um dos principais aliados. Na semana passada, por exemplo, Sarney chegou a telefonar para um de seus auxiliares diretos para cobrar uma solução. “Nós precisamos resolver esse problema”, disse o presidente na conversa. Instalado um andar acima de Sarney no Palácio do Planalto, o ministro-chefe do Gabinete Civil, o deputado Luiz Roberto Ponte, também anda preocupado com algumas pendências ao apagar das luzes do governo. Ponte, por exem-

plo, tem se dedicado nos últimos dias a telefonar para os ministros da área econômica, para técnicos do segundo e até do terceiro escalão com o propósito de levantar a liquidação do BRDE (Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul), extinto depois de gerar um rombo de US\$ 800 milhões.

A ideia da área econômica era integrar a estrutura do banco à dos bancos de desenvolvimento dos três estados do Sul. Mas o deputado Ponte não pretende trafegar nesse caminho. Amanhã, quando o presidente Sarney estiver em visita ao Rio Grande do Sul, o deputado espera arrancar de seu chefe uma manifestação pública favorável ao BRDE. “Como tudo bate no dia 15, as pressões tem sido terríveis e tendem a aumentar a cada dia”, diz um importante assessor da área econômica.

Trem da alegria No final de governo, acabou aparecendo um trem da alegria. A diferença em relação aos anteriores é que o novo trem tem como parada final justamente os órgãos da administração encarregados pelo controle dos gastos. Trata-se das secretarias de Controle Interno, as repartições encarregadas, em cada ministério, de assinar os cheques com os quais o governo paga suas despesas.

Os 25 mil funcionários das Cisets, espalhados por todo o país, pediram equiparação de salários com uma das carreiras de servidores da Secretaria do Tesouro do Ministério da Fazenda, responsáveis por fiscalizar a lisura dos gastos públicos. Um parecer aprovado pelo ministro da Justiça, Paulo Ramos, em 15 de janeiro passado, torna possível essa isonomia. Como o salário dos funcionários da STN é, em média, NCz\$ 30 mil maior do que o dos servidores das Cisets, haverá um aumento de despesas de NCz\$ 1 bilhão por mês. Agora, falta apenas que um parecer da Consultoria Geral da República seja publicado no *Diário Oficial* para que o novo trem comece a circular.

Equipe retoca programa no carnaval

BRASÍLIA — O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, vai passar o carnaval em Brasília para, junto com a chefe de sua assessoria econômica, Zélia Cardoso de Melo, e alguns assessores, dar os retoques finais no programa econômico de seu governo a ser anunciado no próximo dia 15 de março. Com essa decisão, Collor desmente a notícia de que iria ao desfile das escolas de samba na Marques de Sapucaí, no Rio, onde teria um camarote reservado. “Se tem esse camarote, ele não vai usar, pois prefere mostrar ao país que o presidente continuará trabalhando mesmo durante o carnaval”, disse um amigo de Collor.

O presidente tinha uma reunião marcada para ontem à tarde com seus coordenadores políticos Bernardo Cabral (futuro ministro da Justiça), Carlos Chiarelli (líder do novo governo no Senado) e Marcos Coimbra (indicado para o Gabinete Civil) que, segundo um assessor seria de rotina. Mas não estava afastada a hipótese de nessa reunião ficar decidido mais um nome para o ministério — a ser anunciado hoje

ou, no máximo, até o início da semana. “Ele não deixará que se crie um vácuo de notícia nessa semana antes do carnaval”, previa ontem outro interlocutor frequente do presidente eleito.

Boato — Na manhã de ontem, o assessor de imprensa Cláudio Humberto teve de mobilizar sua equipe para desmentir a notícia de que às 10h, no escritório de transição, seria anunciado um novo ministro. Alertados pela Radiobrás, que desde a noite de sexta-feira, montava em frente ao prédio do escritório equipamento para transmissão ao vivo e reservou horário de satélite para essa transmissão, jornalistas de todos os veículos estavam desde as 9h a postos no Bolo de Noiva. O esquema só foi desmobilizado depois que Cláudio mandou desmentir a notícia, sem que ficasse esclarecida a origem do boato. Segundo a Radiobrás, a notícia partiu da TV Globo, onde se informava que o boato surgiu da equipe de Collor.

Enquanto isso, o presidente descansava em casa, no Lago Norte, depois de um jantar que foi até as 4h da madrugada, na casa do em-

presário Ronaldo Monte Rosas, na QI 17 do Lago Sul, em Brasília. A festa reuniu, além dos casais Collor e Monte Rosas, amigos íntimos do presidente com as mulheres: os empresários Pedro Paulo Leoni Ramos, Luís Estevão de Oliveira, Paulo Octávio Pereira e Eduardo Cardoso, Marcos Coimbra, o secretário particular Luís Carlos Chaves e José Carlos Guimarães, funcionário da Caixa Econômica Federal e marido de Eunícia, secretária particular de Rosane Collor. O assunto principal foi a recente viagem do presidente ao exterior.

Paulo Octávio, que seria protagonista, junto com a neta de Juscelino Kubitschek, Ana Cristina, do casamento mais esperado de Brasília, foi sozinho. Depois de adiar duas vezes a cerimônia (a última para o dia 6 de março), os dois cancelaram definitivamente o casamento e Ana Cristina foi para Nova Iorque. A versão para o noivado desfeito é a de que a ex-mulher de Paulo Octávio, Márcia Fonseca, filha do ex-ministro da Marinha Maximiano da Fonseca, não teria concordado em assinar os papéis do divórcio.